

Alerta Legislação nº 51, de 20 a 25 dez. 2021

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI Nº 14.273, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Estabelece a Lei das Ferrovias (...)

DECRETO Nº 10.910, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021

Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo [Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016](#).

DECRETO Nº 10.906, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021

Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio.

DECRETO Nº 10.905, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre o Conselho Nacional do Trabalho, a Comissão Tripartite Paritária Permanente, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL (CCPR)

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 663, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre medidas excepcionais e temporárias para entrada no País, nos termos da [Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020](#).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 112, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre procedimentos para anuência do uso de áreas em projetos de assentamento do Incra, por atividades ou empreendimentos minerários, de energia e de infraestrutura

INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 111, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem terras quilombolas.

Governo do Estado de São Paulo

ORÇAMENTO E GESTÃO**RESOLUÇÃO SOG-13, DE 20-12-2021**

Dispõe sobre a readaptação de servidores

Prefeitura de São Paulo**DECRETO Nº 60.939, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021**

Regulamenta a Política Municipal de Desjudicialização instituída pela [Lei nº 17.324, de 18 de março de 2020](#), bem como regulamenta a transação tributária de que trata os artigos 21 a 24 da [Lei nº 17.719, de 26 de novembro de 2021](#).

LEGISLAÇÃO FEDERAL**D. O. U.****LEGISLAÇÃO SUPERIOR****24/12/2021
(Ed. extra)****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.084, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2021**

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 4.153.017.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.083, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 6.412.000.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

DECRETO Nº 10.913, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2021

Concede indulto natalino e dá outras providências.

24/12/2021**DECRETO Nº 10.912, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021**

Altera o [Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021](#), para estabelecer regras transitórias sobre apostilamentos nas transformações a partir de cargos e funções de confiança em extinção.

23/12/2021**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.082, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021**

Altera a [Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994](#), para dispor sobre o percentual mínimo do repasse obrigatório da União aos fundos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

DECRETO Nº 10.911, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021

Altera o Regulamento do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina, aprovado pelo [Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958](#).

DECRETO Nº 10.910, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021

Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo [Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016](#).

21/12/2021	<u>DECRETO Nº 10.906, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio. <u>DECRETO Nº 10.905, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre o Conselho Nacional do Trabalho, a Comissão Tripartite Paritária Permanente, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
20/12/2021 (Ed. extra)	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.081, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Autoriza o Poder Executivo federal a doar imunizantes contra a covid-19 a outros países em caráter de cooperação humanitária internacional. <u>DECRETO Nº 10.902, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a qualificação de empreendimento do setor de energia elétrica no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.
20/12/2021	<u>DECRETO Nº 10.901, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Promulga as Emendas à Convenção sobre o Regulamento Internacional para evitar Abalroamentos no Mar, adotadas pela Assembleia da Organização Marítima Internacional entre 1981 a 2013.
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 2021</u>(*) Aprova o texto da Convenção sobre o Crime Cibernético, celebrada em Budapeste, em 23 de novembro de 2001. (*) O texto da Convenção acima citado foi publicado no Diário do Senado Federal de 21/12/2021, para fins de disponibilização do arquivo em formato digital.
Atos do Poder Judiciário	
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI Nº 14.275, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho II). <u>LEI Nº 14.166, DE 10 DE JUNHO DE 2021</u> Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para dispor sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO); e dá outras providências. Mensagem de veto

LEI Nº 14.274, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 1.232.472.854,00, para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. [Mensagem de veto](#)

LEI Nº 14.273, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Estabelece a Lei das Ferrovias; altera o [Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941](#), e as Leis nºs [6.015, de 31 de dezembro de 1973](#), [9.074, de 7 de julho de 1995](#), [9.636, de 15 de maio de 1998](#), [10.233, de 5 de junho de 2001](#), [10.257, de 10 de julho de 2001](#), [10.636, de 30 de dezembro de 2002](#), [12.815, de 5 de junho de 2013](#), [12.379, de 6 de janeiro de 2011](#), e [13.448, de 5 de junho de 2017](#); e revoga a [Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973](#). [Mensagem de veto](#)

LEI Nº 14.272, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito especial no valor de R\$ 84.022,00, para o fim que especifica.

LEI Nº 14.271, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 104.953.146,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.270, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Conselho Nacional de Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 15.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.269, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 5.000.000,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.268, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 31.361.412,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.267, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre ao Orçamento de Investimento, em favor do Banco da Amazônia S.A., da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência, da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., da Petrobras Transporte S.A., da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil e da Companhia Docas do Ceará, crédito suplementar no valor de R\$ 59.580.226,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 14.266, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Infraestrutura e da Cidadania, crédito

	especial no valor de R\$ 12.744.095,00, para os fins que especifica. <u>LEI Nº 14.265, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Abre ao Orçamento de Investimento para 2021, em favor da Caixa Econômica Federal, da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A., da Companhia das Docas do Estado da Bahia e da Companhia Docas do Pará, crédito suplementar no valor de R\$ 109.288.191,00, para os fins que especifica. <u>LEI Nº 14.264, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Abre ao Orçamento de Investimento, em favor da Caixa Econômica Federal, da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil e da Empresa Gerencial de Projetos Navais, crédito especial no valor de R\$ 61.605.170,00, para os fins que especifica. <u>LEI Nº 14.263, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Cidadania, crédito especial no valor de R\$ 300.000.000,00, para o fim que especifica. <u>LEI Nº 14.194, DE 20 DE AGOSTO DE 2021</u> Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências. Mensagem de veto
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	CASA CIVIL (CCPR) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 663, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre medidas excepcionais e temporárias para entrada no País, nos termos da Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE <u>RESOLUÇÃO Nº 27, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera a Resolução CNPE nº 17, de 8 de junho de 2017, para autorizar a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP a definir e licitar em Oferta Permanente, no regime de concessão, blocos em quaisquer bacias terrestres ou marítimas, bem como licitar campos devolvidos ou em processo de devolução, excluindo-se os blocos na Área do Pré-sal e em Áreas Estratégicas, e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO Nº 30, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera a Resolução CNPE nº 15, de 31 de agosto de 2021, que estabelece o valor adicionado pelos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica nos termos da Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que dispõe sobre a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. SECRETARIA-GERAL (SG) <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Aprovar o Plano da Modernização e o Selo da Modernização

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 113, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Fixa os procedimentos para regularização fundiária dos imóveis rurais localizados em áreas abrangidas pelos efeitos do Decreto-lei nº 1.942, de 31 de maio de 1982, no Estado do Paraná, reconhecidas de domínio da União pelo Supremo Tribunal Federal, em acórdão nos autos da Apelação Cível nº 9621-1-PR. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 112, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre procedimentos para anuência do uso de áreas em projetos de assentamento do Incra, por atividades ou empreendimentos minerários, de energia e de infraestrutura <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 111, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem terras quilombolas. → Conselho Diretor <u>RESOLUÇÃO Nº 1.047, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Aprova a Instrução Normativa/INCRA/Nº 113, de 22 de dezembro de 2021, que fixa os procedimentos para regularização fundiária dos imóveis rurais localizados em áreas abrangidas pelos efeitos do Decreto-lei nº 1.942, de 31 de maio de 1982, no Estado do Paraná, reconhecidas de domínio da União pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em acórdão nos autos da Apelação Cível nº 9621-1-PR <u>RESOLUÇÃO Nº 1.042, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Aprova a Instrução Normativa Incra nº 111, de 22 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem terras quilombolas.
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MCTI Nº 5.439, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Institui a Política de Desenvolvimento da Ciência Nacional, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. <u>PORTARIA MCTI Nº 5.435, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais - Rede Clima.
Ministério do Desenvolvimento Regional	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO <u>RESOLUÇÃO ANA Nº 113, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Estabelece os preços unitários para o cálculo da cobrança pelo uso de

	recursos hídricos de domínio da União para o exercício 2022.
Ministério da Economia	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA ME Nº 14.814, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera o Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), aprovado pela Portaria nº 343, de 9 de junho de 2015, do extinto Ministério da Fazenda. <u>PORTARIA ME Nº 14.811, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Fixa o valor do limite global anual, para o exercício de 2022, das importações destinadas à pesquisa científica e tecnológica, nos termos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990. BANCO CENTRAL DO BRASIL <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 4.977, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Disciplina as operações de arrendamento mercantil com o tratamento tributário previsto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974. <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 4.976, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a organização e o funcionamento das sociedades de arrendamento mercantil. <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 4.974, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Consolida as normas que regulamentam o inciso II do art. 5º e o inciso II do art. 5º-C da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que trata do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), com a finalidade de estabelecer a forma de definição da taxa efetiva de juros dos financiamentos, e revoga expressamente as Resoluções que tratam do assunto. <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 4.973, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Ajusta as normas do Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF). <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 4.972, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Define limite global anual para contratação de operações de crédito com os órgãos e entidades do setor público em 2022, 2023 e 2024, a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 4.971, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Estabelece as condições para realização dos leilões e os mecanismos de controle e de aferição de resultados de que tratam a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, e a Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020. → Área de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução <u>RESOLUÇÃO BCB Nº 177, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Aprova o Manual de Penalidades do Pix. <u>RESOLUÇÃO BCB Nº 176, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera o Regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, que disciplina o funcionamento do arranjo de pagamentos Pix, para ajustar dispositivos sobre penalidades. CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

→ **Comitê-executivo de Gestão**

RESOLUÇÃO GECEX Nº 285, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021

Regulamenta os procedimentos para comprovação da condição da ausência de capacidade de produção nacional equivalente e relaciona as autopeças objeto de isenção do Imposto de Importação, no âmbito do regime tributário de autopeças não produzidas instituído pela [Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018](#), e regulamentado pelo [Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018](#).

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.061, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Obras (CNO)

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

PORTARIA SETO/ME Nº 15.060, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 9.745.566.554,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA SETO/ME Nº 15.058, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Cidadania, crédito suplementar no valor de R\$ 8.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA SETO/ME Nº 15.037, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R\$ 500.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA SETO/ME Nº 15.032, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 37.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA SETO/ME Nº 15.031, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 12.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA SETO/ME Nº 14.984, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 16.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA SETO/ME Nº 14.982, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, crédito suplementar no valor de R\$ 607.600.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PORTARIA SETO/ME Nº 14.955, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Controladoria-Geral da União e dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; da Saúde; da Infraestrutura; das Comunicações;

	da Defesa; do Desenvolvimento Regional; e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$ 435.760.682,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA SETO/ME Nº 14.953, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações; da Saúde; e da Cidadania, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 496.377.099,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA SETO/ME Nº 14.951, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e da Economia, e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 4.451.897.754,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.042, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Estabelece as normas para execução da BolsaFormação no âmbito do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, instituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. <u>PORTARIA Nº 1.031, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Divulga os resultados finais do Censo Escolar da Educação Básica de 2021 <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 10, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera a Portaria Interministerial nº 1, de 31 de março de 2021, que estabelece os parâmetros referenciais anuais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Fundeb para o exercício de 2021, na modalidade Valor Anual por Aluno VAAF, e a Portaria Interministerial nº 4, de 29 de junho de 2021, que estabelece os parâmetros referenciais anuais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Fundeb para o exercício de 2021, na modalidade Valor Anual Total por Aluno VAAT, ambas do Ministério da Educação e do Ministério da Economia. <u>PORTARIA Nº 1.027, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Define as ações e metas do exercício de 2021/2022 relativas a programas, projetos e atividades prioritárias para a avaliação de desempenho institucional do Ministério da Educação - MEC.
Ministério da Infraestrutura	CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 882, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Estabelece os limites de pesos e dimensões para veículos que transitem por vias terrestres, referenda a Deliberação CONTRAN nº 246, de 25 de novembro de 2021, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 886, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

Regulamenta as especificações, a produção e a expedição da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 885, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

(*) Estabelece os requisitos técnicos de segurança e critérios para ensaios dos sistemas de retenção das portas, fechaduras, dobradiças e seus componentes em veículos automotores.

(*) N. da Coejo: Republicada por ter saído no DOU de 23-12-2021, Seção 1, páginas 276 a 280, com incorreção.

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 894, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

Referenda a Deliberação CONTRAN nº 243, de 8 de novembro de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de São Paulo.

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 890, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

Referenda a Deliberação CONTRAN nº 238, de 23 de setembro de 2021, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Mato Grosso.

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 889, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

Referenda a Deliberação CONTRAN nº 242, de 8 de novembro de 2021, que dispõe sobre a realização de aulas teóricas, na modalidade de ensino remoto, nos cursos de capacitação e de atualização de instrutor de trânsito, de instrutor de curso especializado para condutor de veículo, de diretor de ensino e diretor-geral de Centro de Formação de Condutor, bem como de examinador de trânsito, enquanto durarem as medidas de emergência de saúde pública para enfrentamento da pandemia de COVID-19.

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 887, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

Altera a Resolução CONTRAN nº 780, de 26 de junho de 2019, que dispõe sobre o novo sistema de Placas de Identificação Veicular.

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 884, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

Institui o Sistema de Leilão Judicial (SILEJU) e dispõe sobre os procedimentos para a regularização administrativa, junto aos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, de veículos leiloados pelo Poder Judiciário.

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 883, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a criação e o Regimento Interno das Câmaras Temáticas vinculadas ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 881, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

Altera a Resolução CONTRAN nº 611, de 24 de maio de 2016, que regulamenta a [Lei nº 12.977, de 20 de maio de 2014](#), que regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres, altera o § 4º do art. 1º da Resolução CONTRAN nº 11, de 23 de janeiro de 1998, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 880, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

	Altera a Resolução CONTRAN nº 371, de 10 de dezembro de 2010, que aprova o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT), Volume I - Infrações de competência municipal, incluindo as concorrentes dos órgãos e entidades estaduais de trânsito e rodoviários, e a Resolução CONTRAN nº 561, de 15 de outubro de 2015, que aprova o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT), Volume II - Infrações de competência dos órgãos e entidades executivos estaduais de trânsito e rodoviários. SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO <u>PORTARIA Nº 1.526, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Estabelece os valores a serem cobrados pelos acessos, consultas, transações eletrônicas, emissão de laudo ou certificado e geração de arquivos das bases de dados dos sistemas organizados e mantidos pela Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), e respectivos subsistemas.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 553, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre espécies de atos normativos e medidas para publicação no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Ministério de Minas e Energia	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 960, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 966, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Regulamenta o desenvolvimento e aplicação de projetos-pilotos que envolvam faturamento diferenciado pelas concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 964, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a política de segurança cibernética a ser adotada pelos agentes do setor de energia elétrica. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 963, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Estabelece as condições gerais para a criação, organização e atuação dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica, e revoga as Resoluções Normativas nº 451, de 27 de setembro de 2011, nº 715, de 26 de abril de 2016, e nº 820, de 19 de junho de 2018.
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 4.063, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Institui o Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos - PNEC-DH, no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 3.599, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021</u>^(*) Estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser disponibilizado, em parcela única, ao Estado de São Paulo. <i>(*) N. da Coejo: Republicada por ter saído, no DOU nº 240, de 22-12-2021, Seção 1, pág. 292, com incorreção</i> AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) – Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 589, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera a Resolução nº 105, de 19 de maio de 1999, que aprova as disposições gerais para embalagens e equipamentos plásticos em contato com alimentos, a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 56, de 16 de novembro de 2012, que dispõe sobre a lista positiva de monômeros, outras substâncias iniciadoras e polímeros autorizados para a elaboração de embalagens e equipamentos plásticos em contato com alimentos, e a Resolução - RDC nº 88, de 29 de junho de 2016, que dispõe sobre materiais, embalagens e equipamentos celulósicos destinados a entrar em contato com alimentos. <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 588, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Autoriza o uso de aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia em diversas categorias de alimentos. SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE <u>RESOLUÇÃO Nº 6, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a Estrutura de Plano de Cargos, Salários e Benefícios para os profissionais médicos de família e comunidade e tutores médicos da atenção primária participantes do Programa Médicos pelo Brasil e dá outras providências.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
24/12/2021	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.371, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na Comarca de Jarinu <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.370, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a criação de serventias extrajudiciais nos Distritos de Ouro Verde e Campo Grande na Comarca de Campinas <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.369, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na Comarca de Hortolândia <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.368, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Regulamenta a atribuição e fixa valores de gratificações no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá outras providências <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.367, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Cria cargos no Quadro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

e dá outras providências

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.366, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Altera a [Lei Complementar nº 988, de 9 de janeiro de 2006](#), que organiza a Defensoria Pública do Estado e institui o regime jurídico da carreira de Defensor Público do Estado e dá outras providências

LEI Nº 17.496, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Prorroga, para o exercício financeiro de 2022, os efeitos da [Lei nº 16.090, de 8 de janeiro de 2016](#), que fixou o subsídio dos Deputados Estaduais para o exercício de 2016

LEI Nº 17.495, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na Comarca de Conchal

LEI Nº 17.493, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

(Projeto de lei nº 518, de 2021, da Deputada Analice Fernandes - PSDB)

Dispõe sobre a prioridade para atendimento e emissão de laudos pelo Instituto Médico Legal – IML, no Estado, para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e vítimas de estupro de vulneráveis e dá outras providências

VETO PARCIAL A PROJETO DE LEI

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 518, DE 2021

São Paulo, 23 de dezembro de 2021

A-Nº 141/2021

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição busca garantir atendimento prioritário, no Instituto Médico Legal – IML, a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, bem como a vítimas de estupro de vulneráveis, visando à realização de exames periciais para constatação de agressões e outras formas de violência física (artigo 1º), fixando em 48 (quarenta e oito) horas o prazo máximo para emissão e disponibilização do laudo técnico respectivo à autoridade que investiga o caso e às partes envolvidas na agressão (artigo 2º).

VETO TOTAL A PROJETO DE LEI

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.286, DE 2019

São Paulo, 23 de dezembro de 2021

A-Nº 140/2021

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição objetiva obrigar os equipamentos da rede pública de saúde do Estado de São Paulo a realizarem a prevenção do câncer colorretal por meio do exame FIT - teste imunoquímico para pesquisa de sangue oculto (artigo 1º), na forma detalhada nos artigos 2º, 3º e 4º, facultando, ainda, a celebração de convênios com entidades privadas para promover mutirões para o rastreamento da doença (artigo 5º). Por fim, visando à divulgação dos meios de prevenção do câncer colorretal, a medida obriga a realização de campanhas publicitárias e a afixação de cartazes na entrada dos estabelecimentos de saúde do Estado (artigo 6º).

(...)

DECRETO Nº 66.374, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021

Regulamenta a [Lei nº 17.461, de 25 de novembro de 2021](#), que dispõe sobre o programa de auxílio financeiro às entidades hospitalares sem fins lucrativos - Programa Mais Santas Casas

23/12/2021	<u>DECRETO Nº 66.373, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS e dá outras providências
22/12/2021	<u>DECRETO Nº 66.364, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Fixa o calendário para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA relativamente ao exercício de 2022 e o percentual de desconto para pagamento integral e parcelado
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Casa Civil (CC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG/SFP-7, DE 20-12-2021</u> Dispõe sobre a fixação de metas e linhas de base para os indicadores globais da Secretaria da Fazenda e Planejamento, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR, aos servidores a que se refere a LC 1.079-2008, no exercício de 2021 <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG/SFP-6, DE 20-12-2021</u> Dispõe sobre a definição e os critérios de apuração e avaliação dos indicadores globais da Secretaria da Fazenda e Planejamento para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.079-2008, no exercício de 2021
Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS-47, DE 21-12-2021</u> Dispõe sobre Normas Complementares para as transferências de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS aos Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS destinados a serviços socioassistenciais e dá providências correlatas.
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC 147, DE 23-12-2021</u> Acrescenta dispositivos e prorroga a Ação Bolsa do Povo Educação, nos termos da Resolução SEDUC nº 62, de 20-07-2021 (...) <u>RESOLUÇÃO SEDUC 145, DE 22-12-2021</u> Altera dispositivos da Resolução SEDUC nº 30, de 2-3-2021, que regulamenta a utilização de serviço móvel celular pelos alunos da rede pública estadual, e dá providências correlatas. <u>RESOLUÇÃO SEDUC 144, DE 21-12-2021</u> Altera e inclui dispositivos na Resolução SEDUC nº 95, de 8-10-2021, que aprova Plano de trabalho, parte integrante do Termo de Colaboração que tem por objeto o atendimento pedagógico

	(escolarização) a educandos que necessitam de apoio permanente-pervasivo com Deficiência Intelectual ou deficiência múltipla associada à Deficiência Intelectual e de apoio substancial ou muito substancial com Transtorno do Espectro Autista ou Deficiência Múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular. <u>RESOLUÇÃO SEDUC 143, DE 20-12-2021</u> Dispõe sobre os procedimentos da avaliação do estudante do Ensino Médio na Formação Geral Básica e nos Itinerários Formativos, voltados para a rede estadual de ensino.
Esportes	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SECRETARIA DE ESPORTES Nº 16, DE 21 DE DEZEMBRO 2021</u> Estabelece normas e diretrizes operacionais do Programa VidAtiva de que trata o <u>Decreto 66.322 de 10 de dezembro de 2021</u>.
Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP-64, DE 21-12-2021</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida acumulada de novembro de 2020 a outubro de 2021 <u>RESOLUÇÃO SFP-63, DE 21-12-2021</u> Divulga os valores de mercado de veículos usados, em unidade de moeda corrente, para efeito de lançamento do IPVA do exercício de 2022 e dá outras providências. COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) → Subcoordenadoria de Fiscalização, Cobrança, Arrecadação, Inteligência de Dados e Atendimento → → Diretoria de Fiscalização <u>COMUNICADO</u> Nos termos do artigo 8º da Portaria CAT-95/06, os contribuintes adiante indicados ficam notificados da cassação da eficácia das respectivas inscrições estaduais, por ato do Chefe do Posto Fiscal a que se vinculam, em razão da inatividade presumida por omissão consecutiva na entrega de GIAs relativas às referências de outubro, novembro e dezembro de 2019. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS → Coordenadoria da Administração Financeira <u>COMUNICADO CAF-G Nº 00017, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de novembro de 2021.
Governo (SG)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SG-683, DE 20-12-2021</u> Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração Direta e Indireta do Estado, e dá providências correlatas

	<u>EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO</u> CETD PREÂMBULO O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Governo, e esta, por sua Subsecretaria de Serviços ao Cidadão, Tecnologia e Inovação, a qual, no uso das atribuições dispostas no Dec. 64.601-2019, faz saber, a quem possa interessar, que, a partir da data da publicação deste edital, receberá inscrições para atividades a serem desenvolvidas por meio do Centro De Excelência De Transformação Digital – CETD, no Portal do Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETIC, com o propósito de cadastrar pessoas jurídicas de direito privado que sejam produtoras e fornecedoras de tecnologia da informação e comunicação e que possam desenvolver atividades de difusão e transmissão de conhecimento, aperfeiçoar e qualificar os agentes públicos, em conformidade com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. (...)
Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SIMA - 145, DE 22-12-2021</u> Estabelece procedimento para análise do processo de licenciamento da atividade de preparo de combustível derivado de resíduos perigosos para coprocessamento em fornos de clínquer
Logística e Transportes (SLT)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>PORTARIA CONJUNTA SLT/SOG/DERSA-1, DE 30-11-2021</u> Institui o Grupo de Trabalho Ferrovias do Estado de São Paulo para desenvolver estudos e apresentar soluções Multimodais de Transportes e Logística
Orçamento e Gestão (SOG)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SOG-13, DE 20-12-2021</u> Dispõe sobre a readaptação de servidores SUBSECRETARIA DE GESTÃO → Coordenadoria de Compras Eletrônicas <u>PORTARIA CCE-G 10, DE 22-12-2021</u> Dispõe sobre estabelecer regras sobre a aquisição de gases medicinais durante a Pandemia de Covid-19
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR GERAL (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE Nº 40, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Aprova as Rotinas do Contencioso Geral.
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 192, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre as providências decorrentes do Artigo Único da disposição transitória do Decreto nº 66.374/2021, no âmbito do

	Estado de São Paulo, que versa sobre apoio financeiro adicional, em caráter extraordinário, para implementação do Programa de Auxílio Financeiro às Entidades Hospitalares sem fins lucrativos – MAIS SANTAS CASAS, e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS Nº 191, DE 22-12-2021</u> Dispõe sobre prorrogação da vigência dos Convênios ou Termos Aditivos firmados entre esta Pasta e as Prefeituras Municipais, Entidades Filantrópicas sem fins lucrativos, Instituições Universitárias, Fundações e Consórcios Intermunicipais, e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO SS Nº 190, DE 22-12-2021</u> Dispõe sobre prorrogação da vigência dos Convênios ou Termos Aditivos celebrados entre esta Pasta e as Prefeituras Municipais, Entidades Filantrópicas sem fins lucrativos, Instituições Universitárias, Fundações e Consórcios Intermunicipais, vinculados a Emendas Impositivas e Demandas Governamentais, e dá outras Providências. <u>RESOLUÇÃO SS Nº 189, DE 22-12-2021</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para Fundos Municipais de Saúde, em consonância ao programa 0930 - Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, decorrentes de Demandas Parlamentares, para o financiamento de ações e serviços para assistência integral à saúde da comunidade e dá providencias decorrentes COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS (CCD) → Centro de Vigilância Epidemiológica Professor Alexandre Vranjac <u>PORTARIA CVE, Nº 05, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a adoção, em todo âmbito do Sistema de Saúde do Estado de São Paulo, de critério uniforme de identificação das semanas epidemiológicas do ano para efeito de registro, tabulação e apresentação de dados estatísticos quer técnicos, quer administrativos. COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS) <u>DELIBERAÇÃO CIB Nº 173/2021</u> (...) A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo – CIB/SP aprova a atualização da Nota Técnica CIB – Orientações para fluxo de acesso aos medicamentos do Protocolo de Manejo Clínico da Chikungunya, no Estado de São Paulo, conforme Anexo I. (...)
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA → Gabinete do Reitor (GR) <u>PORTARIA GR 7687, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre o retorno às atividades presenciais na Universidade de São Paulo no contexto da pandemia de Covid-19. → Pró-Reitorias → Pró-Reitoria de Graduação (PRG) <u>RESOLUÇÃO COG 8164, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Altera anexo da Resolução CoG 8138, de 25 de outubro de 2021, que

	fixa o Calendário Escolar dos Cursos de Graduação da USP para o ano de 2022.
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP 52 DE 23-12-2021</u> Altera dispositivo do Regimento Geral da Unesp. (...) Artigo 104 "§ 1º - As inscrições serão abertas pelo prazo mínimo de 30 dias corridos para Professor Assistente e de, no mínimo, 45 dias corridos para Professor Titular." (...) <u>PORTARIA UNESP 148, DE 23-12-2021</u> Estabelece o enquadramento dos cargos e funções autárquicas da Unesp que farão jus ao abono de permanência e os respectivos valores para o exercício de 2022, nos termos do artigo 28, da Lei Complementar 1.354-2020.
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
23/12/2021	LEIS COMPLEMENTARES <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.365, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021</u> (Projeto de lei complementar nº 40, de 2019, do Deputado Sargento Neri - AVANTE) Insere dispositivos na Lei nº 452, de 2 de outubro de 1974, que institui a Caixa Beneficente da Polícia Militar, estabelece os regimes de pensão e de assistência médica-hospitalar e odontológica e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 23/12/2021, p. 1
22/12/2021	DECRETOS LEGISLATIVOS <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2516, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Manifesta concordância com as alterações do Decreto nº 45.490, de 30 de novembro de 2000, que aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação - RICMS, na forma que especifica. DOE, Legislativo, 22/12/2021, p. 1 <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2515, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Manifesta concordância com as alterações do Decreto nº 45.490, de 30 de novembro de 2000, que aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação - RICMS, na forma que especifica. DOE, Legislativo, 22/12/2021, p. 1 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 895, DE 2021</u> Dispõe sobre a notificação via SMS de autuações administrativas e

	estabelece a prescrição da pretensão punitiva em caso de ausência de resposta a recurso. DOE, Legislativo, 22/12/2021, p. 20 <u>PROJETO DE LEI Nº 894, DE 2021</u> Institui a obrigatoriedade de vigilantes do sexo feminino nos estabelecimentos de prestação de serviços financeiros no âmbito do Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 22/12/2021, p. 20
21/12/2021	PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 88, DE 2021</u> Manifesta concordância com as alterações do Decreto nº 45.490, de 30 de novembro de 2000, que aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação - RICMS, na forma que especifica. DOE, Legislativo, 21/12/2021, p. 8 <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 87, DE 2021</u> Manifesta concordância com as alterações do Decreto nº 45.490, de 30 de novembro de 2000, que aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação - RICMS, na forma que especifica. DOE, Legislativo, 21/12/2021, p. 8
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
24/12/2021	<u>DECRETO Nº 60.941, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Dispõe sobre a inventariança e a transferência de direitos, obrigações e de bens da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, especifica as competências definidas no Decreto nº 60.353, de 30 de junho de 2021, e altera disposições. <u>DECRETO Nº 60.940, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Autoriza a manutenção excepcional, em 2022, de veículos vinculados ao serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros com idade de fabricação de até 9 (nove) anos. <u>DECRETO Nº 60.939, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Regulamenta a Política Municipal de Desjudicialização instituída pela Lei nº 17.324, de 18 de março de 2020, bem como regulamenta a transação tributária de que trata os artigos 21 a 24 da Lei nº 17.719, de 26 de novembro de 2021.
22/12/2021	<u>LEI Nº 17.727, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021</u> (PROJETO DE LEI Nº 858/21, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Introduz modificações na Lei nº 13.766, de 21 de janeiro de 2004(1), para tornar o atendimento exclusivo ao servidor público municipal, descentralizar serviços especializados e alterar a estrutura

	organizacional criando o Conselho Deliberativo e Fiscalizador, bem como altera a Lei nº 17.720, de 2 de dezembro de 2021(2), a Lei nº 10.182, de 30 de outubro de 1986(3), a Lei nº 14.133, de 24 de janeiro de 2006(4) e a Lei nº 17.673, de 7 de outubro de 2021(5). (1) <i>Reorganiza o Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM e institui novo Plano de Empregos Públicos, Carreiras, Salários e Remuneração para os empregados públicos da Autarquia, e dá outras providências.</i> (2) <i>Dispõe sobre a criação de cargos de Professor de Educação Infantil, do Quadro do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais de Educação – QPE, bem como cria as Funções de Direção e Assessoramento – FDA, extingue funções de confiança da Procuradoria Geral do Município, da Guarda Civil Metropolitana e do Quadro do Pessoal da Administração Tributária do Município de São Paulo, cria cargos de provimento em comissão na Administração Pública Municipal Indireta e altera o Quadro de Pessoal da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo – QP-SP Regula.</i> (3) <i>Dispõe sobre a nova composição da Secretaria dos Negócios Jurídicos - SJ, cria a Procuradoria Geral do Município - PGM, reestrutura a carreira de Procurador, e dá outras providências.</i> (4) <i>Cria o Programa de Modernização da Administração Tributária.</i> (5) <i>Institui os Programas de Residência Jurídica e Residência em Gestão Pública na Administração Pública Direta do Município de São Paulo, e dá providências.</i>
21/12/2021	<u>DECRETO Nº 60.927, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021</u> Regulamenta a Lei nº 17.638, de 9 de setembro de 2021 – Programa Pode Entrar

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-d89d57b7f41d>